



Resultados
2013

CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DE 2013

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2014 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados de 2013. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- **Melhorias:** Em 27 de dezembro de 2013 a ANEEL divulgou o Despacho de Encerramento nº 4.413 que reconhece as receitas dos investimentos realizados em Melhorias no ano de 2013
- **Indenização RBSE:** Em cumprimento a Resolução Normativa nº 589/2013 de 13 de dezembro de 2013 foi enviado a ANEEL em 20 de dezembro de 2013 o cronograma para a realização do laudo de avaliação para valoração da indenização dos ativos RBSE com prazo a ser realizado até 30 de junho de 2014
- **Entrada em Operação Lote D IEMadeira:** em 01 agosto de 2013 a Linha de Transmissão (Lote D) da subsidiária IEMadeira (51% CTEEP) entrou em operação. A RAP 2013/2014 integral do lote é de R\$ 233,2 milhões;
- **Alongamento do perfil da dívida:** Em dezembro de 2013 a Companhia realizou o resgate antecipado integral de R\$ 700,0 milhões das debêntures de sua 2ª emissão, com vencimento em Julho de 2014. No mesmo mês emitiu debêntures série única, no montante de R\$ 500,0 milhões, com vencimento final em dezembro de 2018;
- **Proventos aos Acionistas:** Em 20 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração (CA) deliberou o pagamento de R\$ 200,0 milhões aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio. Em fevereiro de 2014 o CA propôs o encaminhamento à Assembleia Geral do pagamento de dividendos no montante de R\$ 30,0 milhões;
- **Receita Líquida:** em 2013 a receita líquida consolidada atingiu R\$ 981,2 milhões
- **Lucro Líquido:** alcançou R\$ 31,9 milhões, mesmo após o reconhecimento da provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ocorrida no 3º trimestre de 2013, no montante de R\$ 516,3 milhões.

Principais Indicadores Consolidados			
(R\$ milhões)	2013	2012	Δ%
Receita Líquida	981,2	2.015,0	(51,3%)
EBITDA (ex-provisão SEFAZ-SP)	346,5	1.370,5	(74,7%)
Margem EBITDA	35,3%	68,0%	(32,7) p.p
Lucro Líquido	31,9	843,5	(96,2%)
Margem Líquida	3,3%	41,9%	(38,6) p.p

Teleconferência: Dia 28/02/2014 – 10h00 (Brasília)

Telefones para conexão:

Brasil: (+55 11) 4688 6361

USA: (+1 855) 281 6021

Outros: (+1 786) 924 6977

Para conectar-se via webcast:

www.cteep.com.br/ri

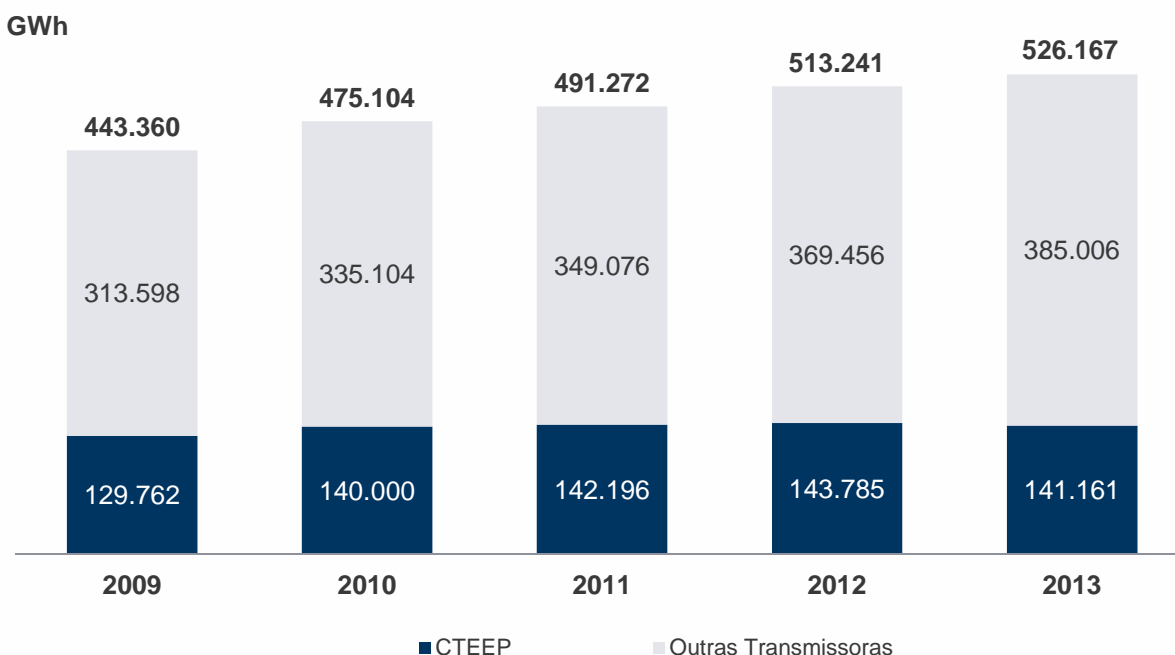
Sobre a CTEEP

A CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, responsável pelo transporte anual de cerca de 30% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns) e na IEMADEIRA (Interligação Elétrica do Madeira); 50% na IESUL (Interligação Elétrica Sul) e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste). Além disso, em 2012, a CTEEP adquiriu 100% dos ativos da Evrecy, empresa de transmissão que pertencia à EDP Energias do Brasil S.A.

Em 2013 um total de 141.161 GWh de energia trafegaram pelos ativos da CTEEP, uma rede formada por 13.516 km de linhas de transmissão, 18.893 km de circuitos, 2.280 km de cabos de fibra óptica e 107 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.587 MVA. Essa rede é integrada com a de outras transmissoras, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como a conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2009 a 2013. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

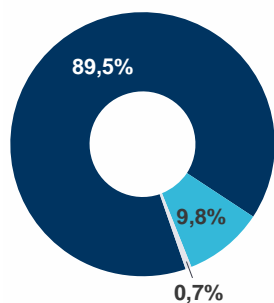


Composição Acionária

Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 61 mil acionistas pessoas física e jurídica.

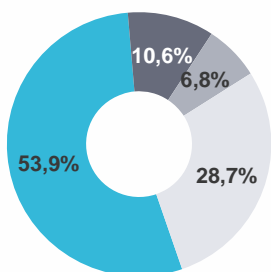
Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

Ações Ordinárias – TRPL3
(42% do total)



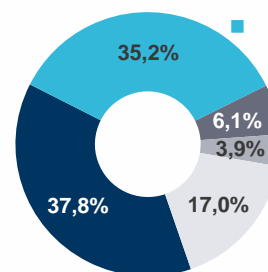
■ ISA Capital do Brasil
■ Eletrobras
■ Outros

Ações Preferenciais – TRPL4
(58% do total)



■ Eletrobras
■ Governo do Estado de São Paulo
■ Vinci Ltda
■ Outros

Capital Social Total



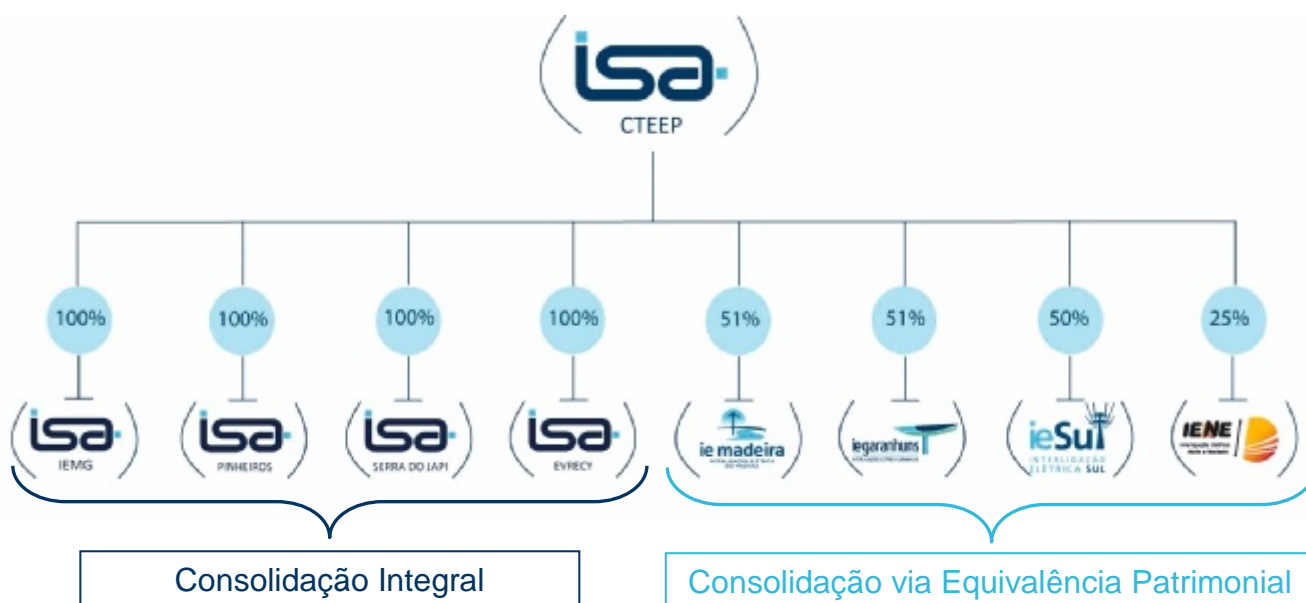
■ ISA Capital do Brasil
■ Eletrobras
■ Governo do Estado de São Paulo
■ Vinci Ltda
■ Outros

Estrutura Societária

A CTEEP é uma empresa que possui participações societárias, cujo resultado depende diretamente do resultado de suas controladas e de suas controladas em conjunto (*joint venture*). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Abaixo são demonstradas as participações nas controladas em 31 de dezembro de 2013:



Desempenho Operacional

■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que abrange os subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste e atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

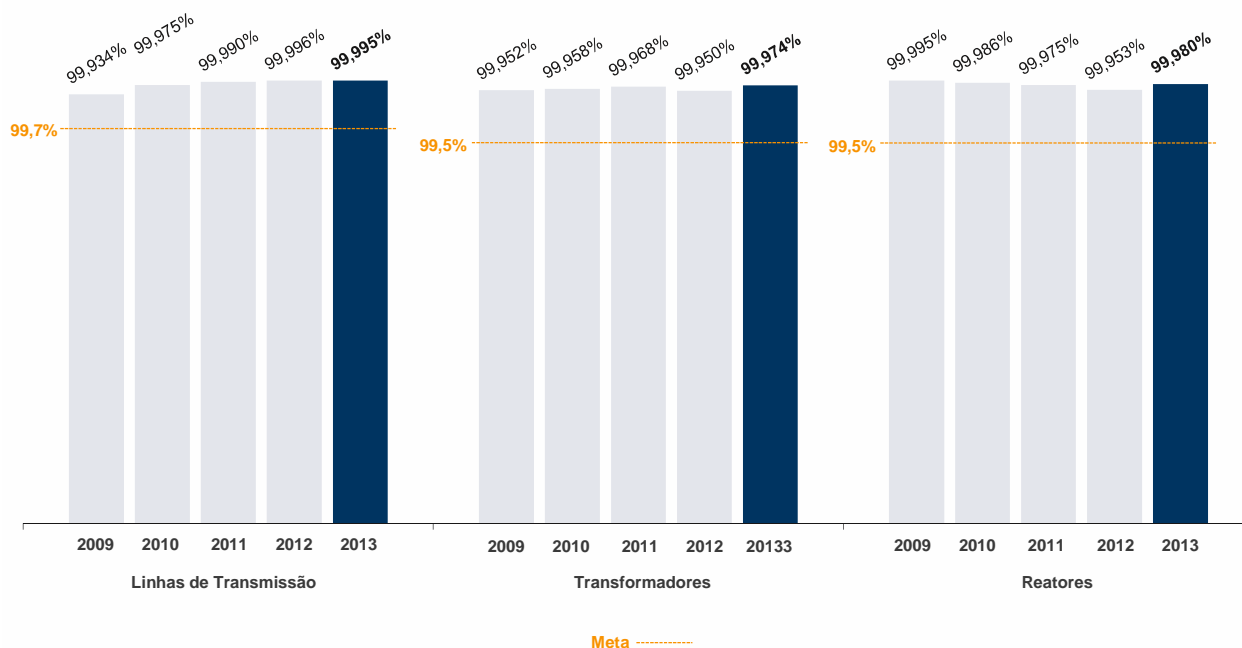
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL.

Para atender a esse cenário cada vez mais exigente, a CTEEP investe permanentemente na aplicação das novas tecnologias que agregam valor à sua rede, com forte ênfase nas atividades de operação e manutenção. Tal foco visa garantir a eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão, mesmo porque a receita operacional da Companhia está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos (linhas de transmissão, transformadores, equipamentos de compensação reativa etc). Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

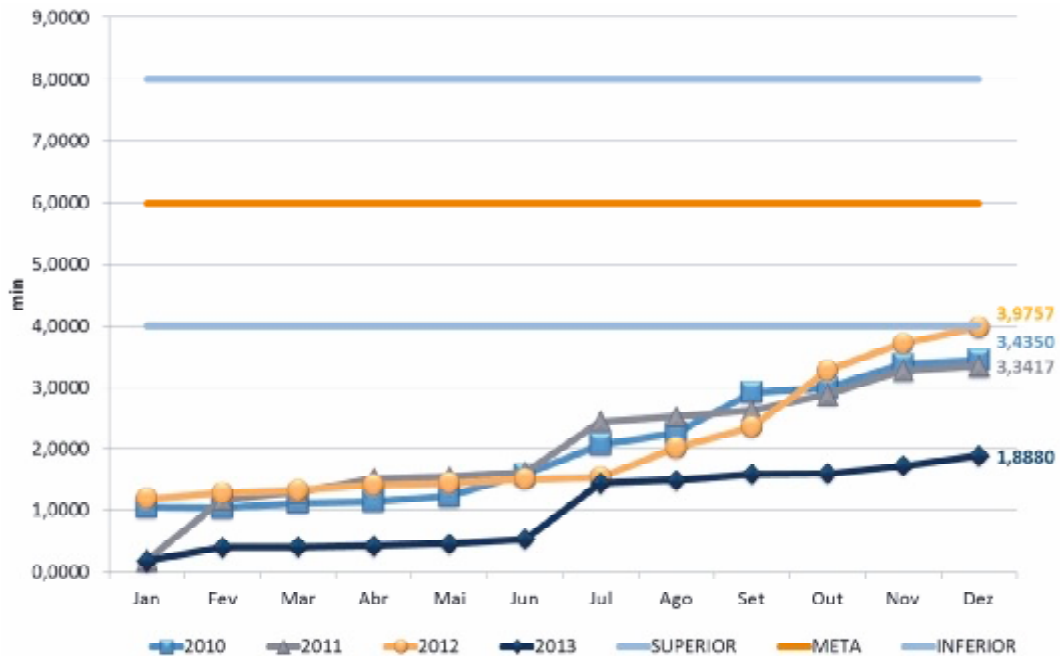
A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). De forma que qualquer indisponibilidade em seus dos ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de parcela variável.

Resultado do nosso trabalho em manter e operar os ativos da concessão com excelência e confiabilidade pode ser observado nos indicadores operacionais destacados abaixo. O desempenho operacional da CTEEP apresentou em 2013 os melhores indicadores dos últimos dez anos, bem como o menor índice de energia não suprida medido nesse período.

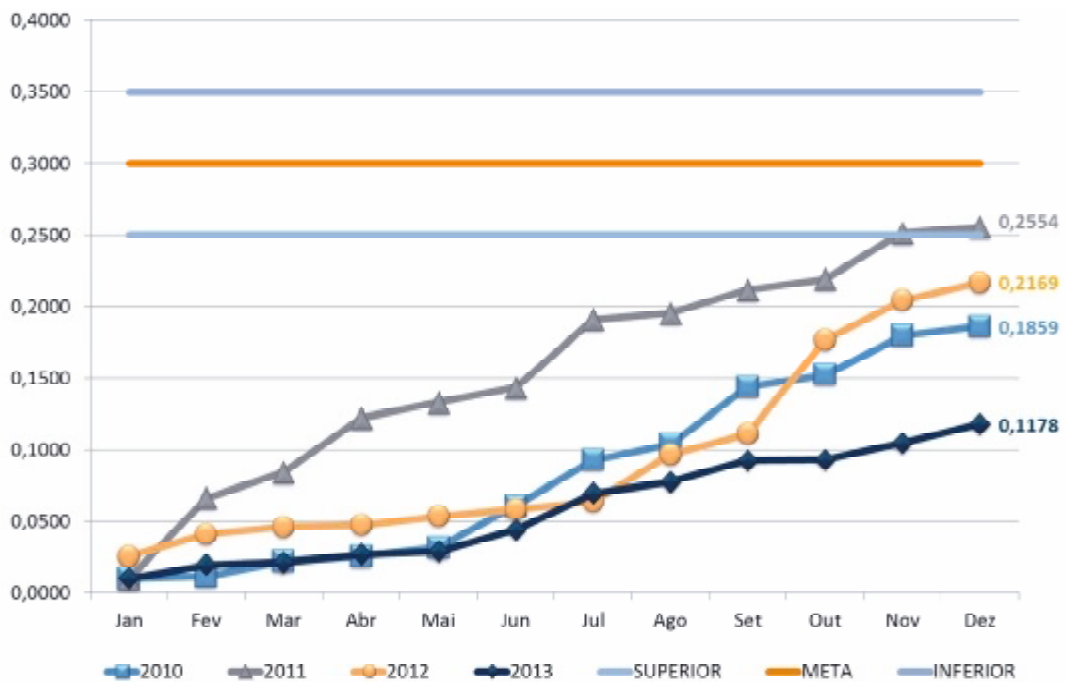
Disponibilidade do Ativos



Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) - Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) - Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 31 de dezembro de 2013, o índice **DREQ** dos últimos 12 meses registrado pela CTEEP foi de 1,8880 (1min53seg) o que representa uma redução de 53% em relação ao ano de 2012. O índice **FREQ** dos últimos 12 meses foi de 0,1178 vezes, uma redução de 46% em comparação ao ano anterior.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional Bruta

Em 2013, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 1.118,3 milhões, queda de 51,1% em relação a 2012 quando reportou R\$ 2.287,2 milhões. A variação decorre, principalmente, do novo patamar da Receita Financeira que reflete o novo saldo dos Ativos Financeiros, baixados por conta da reversão dos ativos do contrato de concessão 059/2001 ao Governo Federal, de acordo com aditivo contratual assinado em 04 de dezembro de 2012, que prorrogou seu término por mais 30 anos.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	Δ%	2013	2012	Δ%
Construção	219,1	149,3	46,8%	267,9	208,1	28,7%
Operação e Manutenção	563,1	587,2	(4,1%)	586,6	592,3	(1,0%)
Financeira	140,5	1.412,6	(90,1%)	242,7	1.467,3	(83,5%)
Outras	22,4	20,3	10,3%	21,2	19,5	8,7%
Total	945,0	2.169,4	(56,4%)	1.118,3	2.287,2	(51,1%)

Receitas de Serviços de Construção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

A Receita de Construção Consolidada totalizou R\$ 267,9 milhões em 2013, um aumento de 28,7% quando comparada a 2012 onde registrou R\$ 208,1 milhões, a variação decorrente principalmente: do reconhecimento das receitas dos investimentos em Melhorias, conforme previsto na Resolução Normativa 443/2011 e Despacho de Encerramento nº 4.413 da ANEEL, e dos reforços em bancos de transformadores de algumas subestações da companhia.

Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção - São reconhecidas no período no qual os serviços operacionais e de manutenção são prestados pela Companhia aos ativos da concessão.

As Receitas de Operação e Manutenção Consolidadas totalizaram R\$ 586,6 milhões no ano de 2013 comparadas com R\$ 592,3 milhões em 2012, refletindo a estabilidade da receita de O&M estabelecida na prorrogação do contrato de concessão 059/2001 da Controladora.

Receita Financeira - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros forem apropriados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

Em 2013 as Receitas Financeiras Consolidadas somaram R\$ 242,7 milhões, redução de 83,5% comparada a 2012 quando atingiu R\$ 1.467,3 milhões, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização. Com a prorrogação do contrato de concessão 059/2001 da controladora, o ativo financeiro representa, ao final de 2013, somente os investimentos realizados e não contemplados na reversão prevista na Lei 12.783/2013.

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

Em 2013 totalizaram R\$ 21,2 milhões, alta de 8,7% em relação a 2012, quando registrou 19,5%, principalmente por conta da correção inflacionária em seus contratos.

Deduções da Receita Operacional

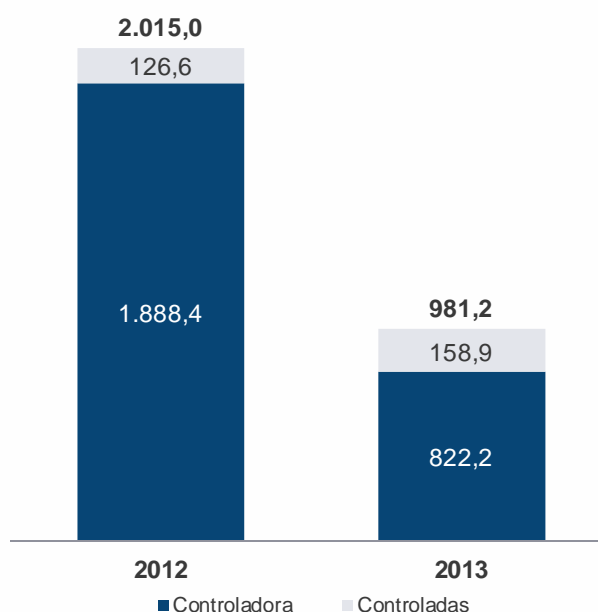
As deduções da receita operacional atingiram R\$ 137,2 milhões em 2013, redução de 49,6% comparadas a R\$ 272,2 milhões em 2012. A variação reflete a redução de 79,3% dos encargos regulatórios proporcional a

diminuição da RAP decorrente da prorrogação da concessão do contrato 059/2001 da Controladora e extinção do pagamento, na competência 2013, dos encargos RGR e CCC, conforme Lei nº 12.783/2013.

■ Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada de 2013 atingiu R\$ 981,2 milhões, queda de 51,3% em relação a 2012 quando reportou R\$ 2.015,0 milhões.

(R\$ milhões)



■ Custos dos Serviços de Construção, de O&M e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	Δ%	2013	2012	Δ%
Pessoal	(252,3)	(241,8)	4,3%	(260,2)	(249,1)	4,5%
Material	(95,4)	(157,5)	(39,4%)	(148,6)	(207,2)	(28,3%)
Serviço de Terceiros	(205,9)	(227,4)	(9,5%)	(213,8)	(232,7)	(8,1%)
Arrendamento e Aluguéis	(14,0)	(14,6)	(4,1%)	(14,4)	(14,9)	(3,4%)
Contingências	(51,1)	(44,3)	15,3%	(51,1)	(44,3)	15,3%
Depreciação	(7,3)	(5,0)	46,0%	(7,3)	(5,0)	46,0%
Outros	(26,2)	(44,2)	(40,7%)	(27,4)	(47,1)	(41,8%)
Total	(652,3)	(734,8)	(11,2%)	(722,8)	(800,4)	(9,7%)

Os custos^(*) e despesas operacionais consolidados tiveram uma redução de 9,7% em relação ao ano passado, totalizando R\$ 722,8 milhões em 2013 frente aos R\$ 800,4 milhões em 2012.

A redução nos custos e despesas dos últimos 12 meses, é decorrente, substancialmente, (i) da redução de 28,3% nos custos e despesas de material por conta, principalmente, da finalização de obras de reforços e melhorias na Controladora; (ii) da redução de 8,1% nos serviços de terceiros que reflete o estágio avançado das principais obras da Companhia; (iii) do acréscimo de 4,5% dos custos de pessoal por conta das indenizações provenientes da redução do quadro de pessoal, realizada em janeiro de 2013, bem como do dissídio coletivo de 6,5% concedido em Julho de 2013 e; (iv) do aumento nas provisões para contingências, devido, principalmente, à revisão da expectativa de perda de alguns processos realizadas durante o ano.

(*) Os custos de construção acompanham a variação da receita de construção, que passou a ter maior peso nos custos totais, uma vez que, com o reconhecimento da receita de construção para Melhorias, a parcela de gastos correspondentes a estas melhorias é registrada como custo de construção e não mais como custo de operação e manutenção. Tal efeito aumenta o custo de construção e reduz o custo de operação e manutenção.

Dos custos demonstrados na tabela acima, os custos de construção da controladora totalizaram R\$ 198,8 milhões em 2013 e R\$ 135,5 milhões em 2012. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$ 243,8 milhões em 2013 e R\$ 182,8 milhões em 2012. A respectiva receita de construção é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

■ Outras Receitas (despesas) operacionais

Em 2013 o resultado de outras receitas (despesas) operacionais representa despesa de R\$ 531,7 milhões devido, principalmente, ao reconhecimento da provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), ocorrida no 3º trimestre de 2013, no montante de R\$ 516,3 milhões.

Esta provisão refere-se a uma parte do valor receber da SEFAZ-SP decorrente da complementação do plano de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação de um Fundo de Assistência Social do Estado para os empregados admitidos até maio de 1974.

Compete ao Governo do Estado de SP a responsabilidade de efetuar os pagamentos aos beneficiários, e assim foi feito até 2003, mediante repasse de recursos por meio da CESP e/ou CTEEP. Porém, em janeiro de 2004 a SEFAZ-SP passou a processar diretamente os pagamentos, glosando parte dos valores da folha.

Os beneficiários, então, entraram com ação civil na 2ª Vara da Fazenda, a qual em junho de 2005 julgou improcedente o pedido de complementação de aposentadoria e responsabilizou a SEFAZ-SP pela complementação do valor.

Em outra ação, de julho de 2005, tramitada na 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, foi deferido o pedido de complementação de aposentadoria aos beneficiários. Referida ação condenou a SEFAZ-SP, CESP, Fundação CESP e CTEEP, bem como nomeou a CTEEP como responsável pelo pagamento dos valores anteriormente glosados relacionados a determinadas rubricas que compõem o montante total a ser repassado.

Embora haja decisões conflitantes entre a Justiça do Trabalho e a Justiça Comum, a CTEEP cumpre determinação judicial e solicita mensalmente os recursos necessários à SEFAZ-SP para efetivar a integralidade dos repasses à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

Em fevereiro de 2013 o Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, confirmou a competência da Justiça Comum para ações contra entidades privadas de previdência complementar. Tal posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso da CTEEP em relação à Lei 4.819/58.

Conforme mencionado anteriormente, a SEFAZ-SP vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. Com isso, em dezembro de 2010, a CTEEP iniciou com ação de cobrança visando reaver os valores não recebidos desde setembro de 2005.

Em maio de 2013, foi proferida a sentença extinguindo a ação de cobrança, sem julgamento de mérito. Com isso, em setembro 2013 a CTEEP protocolou recurso de apelação para que o processo tenha seu mérito julgado – tal recurso de apelação encontra-se pendente, postergando o prazo de recebimento dos valores já pagos aos beneficiários, não repassados pela SEFAZ-SP e contabilizados no contas a receber.

Outras Receitas (despesas) Operacionais (R\$ milhões)	2013	2012
Receitas Operacionais	18,4	4.457,5
Despesas Operacionais	(33,8)	(4.399,6)
Provisão SEFAZ-SP	(516,3)	0
	(531,7)	57,9

■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu receita de R\$ 72,2 milhões em 2013 frente à despesa de R\$ 143,9 milhões registradas em 2012. A variação reflete o reconhecimento, em 2013, da receita de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$ 143,2 milhões, referentes à atualização pelo IPCA+5,59% do contas a receber por reversão dos ativos do contrato de concessão 059/2001 posteriores a maio de 2000, conforme Portaria Interministerial nº 580, combinado com a redução dos juros e encargos sobre os empréstimos financeiros e a redução da despesa de variação cambial.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	Δ%	2013	2012	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	170,8	31,5	442,2%	172,7	32,9	424,9%
Receita de variações monetárias líquidas	66,1	45,7	44,6%	66,1	45,7	44,6%
Variações cambiais	(8,1)	(25,1)	(67,6%)	(8,1)	(25,1)	(67,6%)
Resultado das operações de Hedge (*)	(6,3)	7,3	(185,2%)	(6,3)	7,3	(185,2%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(133,9)	(182,5)	(26,6%)	(153,3)	(203,0)	(24,5%)
Outras	1,5	(0,7)	316,2%	1,1	(1,7)	164,7%
Total	90,1	(123,8)	172,8%	72,2	(143,9)	150,2%

(*) Inclui encargos sobre CCB Internacional e Comercial Paper.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG, Serra do Japi e Evrecy que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A provisão para perdas sobre os valores a receber da SEFAZ-SP no valor de R\$ 516,3 milhões representa o principal fator para a apuração da receita de imposto de renda registrada em 2013 no valor de R\$ 169,2 milhões, refletindo a constituição de imposto de renda/contribuição social diferido ativo. Excluindo-se esse efeito, a carga tributária da companhia refletiu uma queda substancial em função do novo patamar de lucro da companhia pós prorrogação da concessão 059/2001.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados anteriormente, o lucro líquido de 2013 atingiu R\$ 31,9 milhões, uma redução de 96,2% em relação a 2012. O lucro por ação, básico e diluído, atingiu R\$ 0,21.

EBITDA e Margem EBITDA

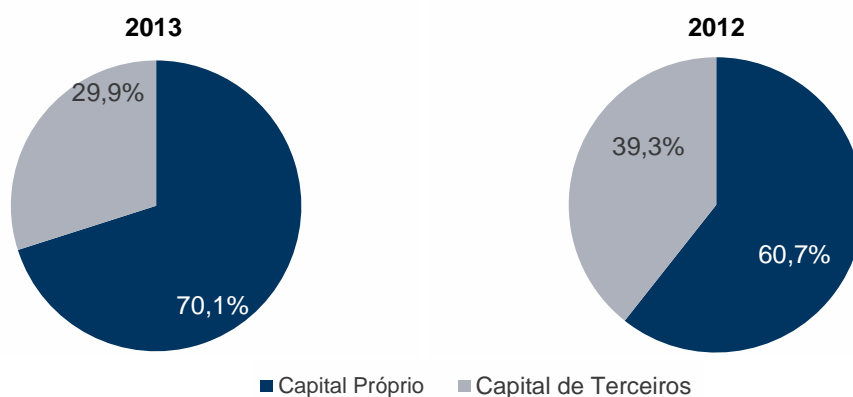
A Companhia apresenta a seguir o EBITDA conforme ICVM 527/12, assim como o EBITDA ajustado pelo efeito da provisão SEFAZ-SP. Excluindo o valor referente à provisão para perdas sobre realização de créditos da SEFAZ-SP, ocorrida no 3º trimestre de 2013 o Ebitda (ex-provisão SEFAZ-SP) atingiu R\$ 346,5 milhões em 2013. Redução de 74,7% frente a 2012, quando registrou R\$ 1.370,5 milhões, reflexo, sobretudo, da queda da RAP após a prorrogação do contrato de concessão 059/2001.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (prejuízo) Líquido	31,9	843,5	31,9	843,5
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	(182,0)	339,8	(169,2)	349,3
Resultado financeiro líquido	(90,1)	123,8	(72,2)	143,9
Depreciações e amortizações	39,7	33,8	39,7	33,8
EBITDA ICVM nº 527/12	(200,4)	1.340,8	(169,8)	1.370,5
Provisão SEFAZ-SP*	516,3	-	516,3	-
EBITDA (ex-provisão SEFAZ-SP)	315,9	1.340,8	346,5	1.370,5
Margem EBITDA (ex-provisão SEFAZ-SP)	38,4%	71,0%	35,3%	68,0%

(*) Refere-se à provisão para perdas sobre a realização de créditos SEFAZ-SP, sem considerar o efeito do crédito de IR/CS diferidos de R\$ 175,6 milhões.

Estrutura de Capital

Composição



Endividamento

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2013 somou R\$ 1.239,5 milhões, redução de 50,8% em relação a 2012 quando registrou R\$ 2.521,0 milhões. As disponibilidades da Companhia somavam R\$ 600,0 milhões, valor R\$ 290,4 milhões superior a 2012.

Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 639,5 milhões, representando uma redução de 71,1% em relação à dívida líquida ao final de 2012. A variação é decorrente do:

- (i) Pagamento da 6ª emissão de Notas Promissórias da CTEEP, no montante de R\$ 400,0 milhões, ocorrido no 1º trimestre de 2013;
- (ii) Pagamento em abril de 2013 do contrato de cédula de crédito bancária internacional com o banco Itau BBA Nassau, no montante de R\$ 132,3 milhões referente à controladora, ocorrido no 2º trimestre de 2013. Adicionalmente houve a liquidação da contratação de instrumento de SWAP com o banco Itaú BBA com o "notional" de R\$ 100,0 milhões;
- (iii) Pagamento da dívida com o JP Morgan Chase – Comercial Paper no valor de R\$ 187,2 milhões, concomitantemente com a liquidação do SWAP com o JP Morgan S.A. no valor "notional" de R\$ 150,0 milhões, ocorrido em outubro de 2013;
- (iv) Resgate antecipado de 70.000 debêntures série única no montante total de R\$ 700,0 milhões, ocorrido em dezembro de 2013;
- (v) Emissão de 50.000 debêntures em série única no montante de R\$ 500,0 milhões, ocorrida em dezembro de 2013;
- (vi) Aplicação dos recursos provenientes da reversão dos ativos referentes ao contrato 059/2001 da controladora através da constituição dos fundos de investimentos exclusivos.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2013	2012
Dívida Bruta	1.239,5	2.521,0
Curto Prazo	377,7	1.103,2
Longo Prazo	861,8	1.417,8
Disponibilidades*	600,0	309,6
Dívida Líquida	639,5	2.211,4

(*) A partir de janeiro de 2013, a Companhia concentrou as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos. Referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

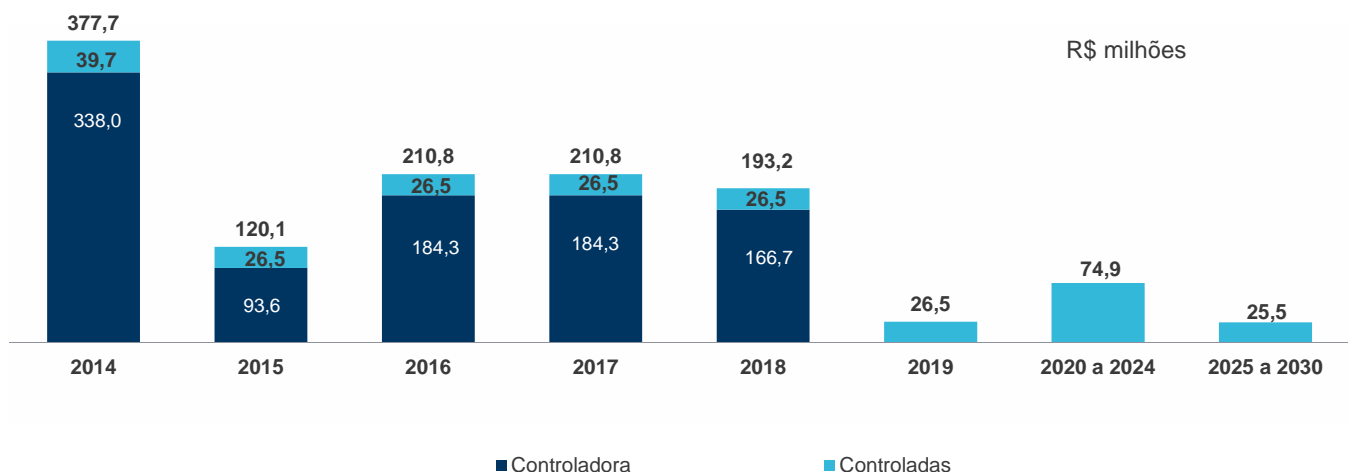
Os principais indicadores financeiros (covenants) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o BNDES:

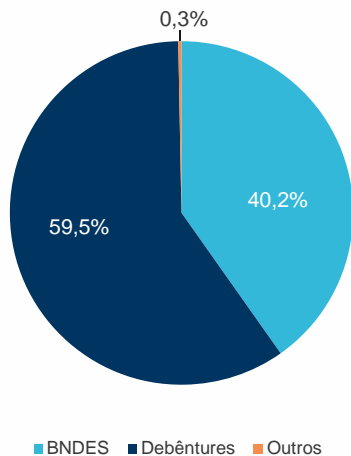
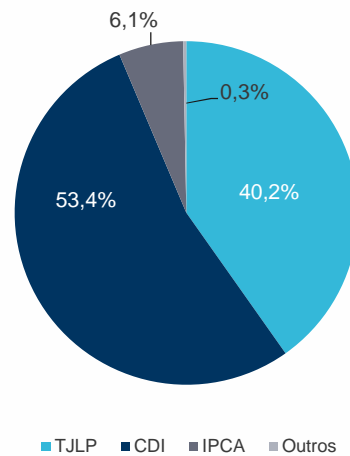
- i. Debêntures: os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Debêntures $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. As exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia.
- ii. Contratos de financiamento do BNDES: em 26 de dezembro de 2013, o BNDES enviou carta à Companhia, alterando os indicadores financeiros máximos para Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 6,0$ e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados anualmente. A formalização se dará, posteriormente, por meio de aditivo contratual, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionados a cláusulas restritivas (covenants).

O custo médio da dívida consolidada passou de 7,6% a.a. em 31 de dezembro de 2012 para 9,5% a.a. em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento na curva do CDI.

O prazo médio da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2013 era de 2,6 anos, superior ao prazo de 1,4 anos de 31 de dezembro de 2012.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do endividamento e a composição pelas contratações e encargos.



Distribuição da Contratação da Dívida 2013

Distribuição dos Encargos da Dívida 2013


Em 23 de dezembro de 2013 a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 391,3 milhões, sendo R\$ 284,2 milhões ao custo de TJLP+1,80% a.a, R\$ 1,9 milhões ao custo de TJLP, e R\$ 105,2 milhões ao custo de 3,50% a.a. O crédito é destinado ao Plano de Investimentos Plurianual, relativo ao período 2012-2014, compreendendo obras referentes à modernização do sistema de transmissão, melhorias sistêmicas, reforços e implantação de novos projetos, bem como à implantação de investimentos sociais no âmbito da comunidade.

Os juros serão cobrados trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro) e mensalmente a partir de abril de 2015. O principal da dívida decorrente deste contrato deverá ser pago a partir de abril de 2015 através de prestações mensais, iguais e sucessivas em até 168 parcelas. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência mínima de 2 anos com os bancos Bradesco e Safra, ao custo de 0,94% a.a. e 0,80% a.a. respectivamente, com vencimentos trimestrais. No exercício de 2013, não ocorreram desembolsos relativos a este contrato. A primeira liberação, no valor de R\$ 124,6 milhões referente a este contrato, ocorreu em janeiro de 2014.

Investimentos

Em 2013, a CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto investiram em reforços, novas conexões, modernizações e outros total de R\$ 815,4 milhões comparados aos R\$ 952,2 milhões investidos em 2012.

Em reunião realizada em 27 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos para 2014, conforme abaixo:

R\$ (milhões)	Realizado 2013	Projeção 2014
Próprio (A)	224,9	247,3
Reforços e Novas Conexões	155,2	194,6
Modernizações e Melhorias	49,9	31,0
Corporativo	5,3	8,4
Capitalização de Pessoal	14,5	13,3
Investimentos Subsidiárias (B)	590,5	366,9
IEMG	6,3	5,5
IENNE	0,4	0,5
IEPinheiros	39,4	31,1
IESul	21,9	9,4
IEMadeira	344,6	137,0
Serra do Japi	3,6	5,1
IEGaranhuns	166,1	177,1
Evrecy	8,3	1,3
TOTAL (A+B)	815,4	614,2

Nas subsidiárias os valores contemplam aporte e financiamento e são ponderados pela participação proporcional da CTEEP.

Subsidiárias

Abaixo, destacamos as principais informações sobre as subsidiárias:

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2013/2014 (milhões)	Investimento Estimado (milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	R\$ 14,6	R\$ 143,0	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins Maranhão Piauí	Jan/11	R\$ 33,6	R\$ 566,8	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(**)	R\$ 35,3	R\$ 407,1	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul Santa Catarina Paraná	(*)	R\$ 11,2	R\$ 229,2	Out/38	CTEEP 50% CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	R\$ 434,0	R\$ 3.826,3	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	R\$ 29,3	R\$ 182,2	Nov/39	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	4º Trimestre 2014	R\$ 76,5	R\$ 741,6	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	R\$ 8,8	R\$ 63,1	Jul/25	CTEEP 100%

(*) **Lote F** - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2014.

(**) **Lote H** - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

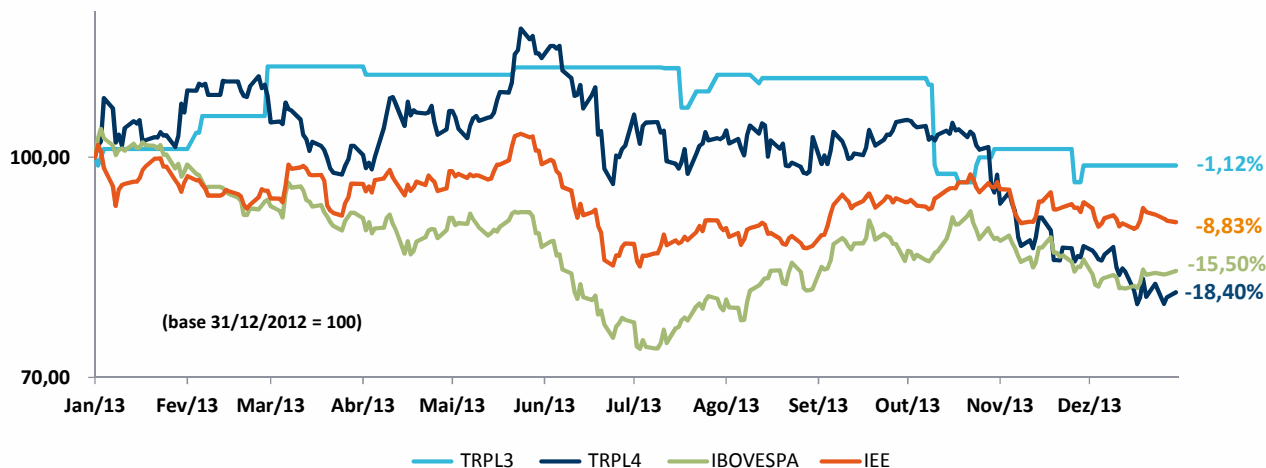
Lote K - A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(***) **Lote D** - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$233,2 milhões)

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW, possui previsão de entrada em operação para o segundo trimestre de 2014 (RAP: R\$200,8 milhões)

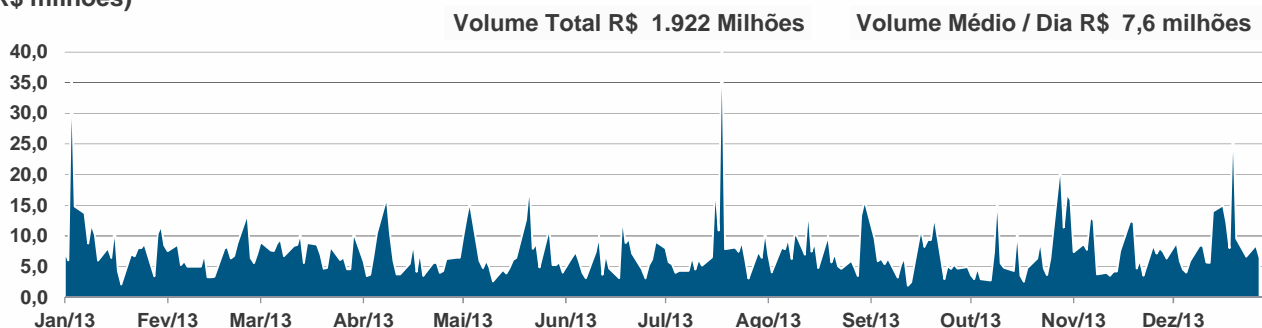
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o ano cotadas a R\$ 42,69 e R\$ 26,92, respectivamente, o que representa uma variação de -1,12% e -18,40%, também respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2012. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma desvalorização de -15,50% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) desvalorizou-se -8,83%.



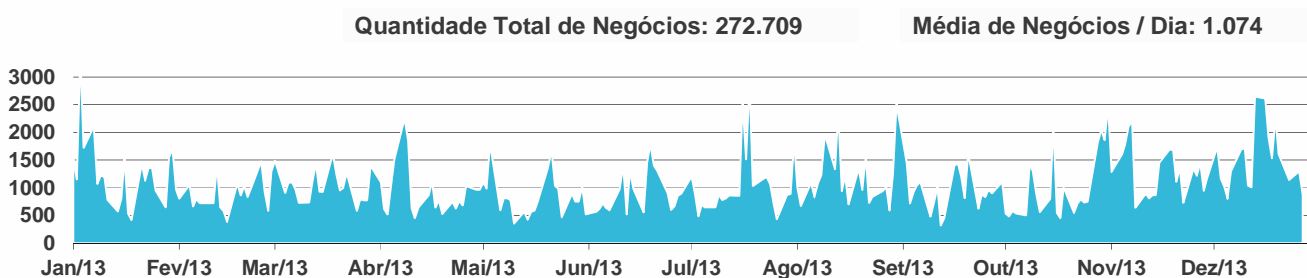
Ao longo de 2013, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,6 milhões, o volume total negociado no ano foi de R\$ 1.922 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 31/12/2013 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 1.074 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 272.709 negócios em 2013.

Quantidade de Negócios até 31/12/2013 (unidades)



A CTEEP também participa do programa patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as

espécies. No encerramento de 2013, os ADRs lastreados nas ações preferenciais (mais líquidas) encerraram cotados a US\$ 19,75.

Evento Subsequente

■ Empréstimos e Financiamentos

Em 29 de janeiro de 2014 foi liberado R\$ 124,6 milhões à CTEEP referente ao contrato de empréstimo com o BNDES firmado em 23 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 391,3 milhões.

■ Juros sobre o Capital Próprio

Em 30 de janeiro de 2014 a Companhia efetuou o pagamento dos Juros Sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 200,0 milhões correspondente a R\$ 1,310088 por ação de ambas as espécies.

Em fevereiro de 2014 o Conselho de Administração propôs o encaminhamento à Assembleia Geral do pagamento de dividendos no montante de R\$ 30,0 milhões.

Anexos

■ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Ativo (R\$ mil)	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.257	296.486	4.270	309.603
Aplicações Financeiras	578.547	0	595.756	0
Contas a Receber	677.053	2.356.600	749.388	2.425.203
Estoques	50.788	47.125	61.767	48.814
Tributos Correntes a Recuperar	70.507	11.874	72.765	14.174
Despesas Antecipadas	531	3.027	544	3.133
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	63.455	0	63.455
Outros	92.590	85.368	105.677	86.302
	1.471.273	2.863.935	1.590.167	2.950.684
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.387.060	2.646.721	3.218.954	3.387.374
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	643.027	986.486	643.027	986.486
Benefício Fiscal - ágio incorporado	60.359	90.247	60.359	90.247
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	219.268	0	219.268	0
Cauções e Depósitos Vinculados	76.282	74.690	76.282	74.690
Estoques	47.748	41.867	47.748	41.867
Outros	11.752	13.068	23.453	21.353
	3.445.496	3.853.079	4.289.091	4.602.017
Investimentos	1.659.227	1.258.200	1.075.009	767.553
Imobilizado	10.370	8.375	10.370	8.375
Intangível	14.195	10.974	46.069	42.290
	1.683.792	1.277.549	1.131.448	818.218
Total do Ativo	6.600.561	7.994.563	7.010.706	8.370.919

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	153.134	897.563	192.811	936.545
Debêntures	184.884	166.667	184.884	166.667
Fornecedores	22.631	53.373	50.356	63.268
Tributos e Encargos sociais a recolher	17.909	136.433	20.131	139.052
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	13.915	13.137	13.915	13.137
Encargos Regulatórios a recolher	35.913	38.535	38.666	40.344
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	204.092	6.340	204.092	6.340
Provisões	26.981	26.979	27.997	27.438
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.091	6.226	6.091	6.226
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	3.770	0	3.770
Outros	13.863	14.282	20.329	21.777
	679.413	1.363.305	759.272	1.424.564
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	76.216	226.804	309.026	461.084
Debêntures	552.756	956.683	552.756	956.683
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	136.827	142.318	136.827	142.318
PIS e COFINS diferidos	54.968	27.915	117.860	84.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	15.073	34.547	38.932
Encargos Regulatórios a recolher	36.020	39.337	36.020	39.468
Provisões	127.861	120.845	127.898	120.882
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
	1.008.701	1.553.028	1.338.987	1.868.125
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.000.000	1.162.626	2.000.000	1.162.626
Reservas de Capital	1.364.907	2.202.281	1.364.907	2.202.281
Reservas de Lucros	1.516.874	1.712.657	1.516.874	1.712.657
Proposta de distribuição de dividendo adicional	30.000	0	30.000	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	4.912.447	5.078.230	4.912.447	5.078.230
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.600.561	7.994.563	7.010.706	8.370.919

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2013	2012	Δ%	2013	2012	Δ%
Receita Operacional Bruta	945.008	2.169.417	(56,4%)	1.118.345	2.287.181	(51,1%)
Deduções à Receita Operacional	(122.773)	(280.985)	(56,3%)	(137.177)	(272.183)	(49,6%)
Receita Operacional Líquida	822.235	1.888.432	(56,5%)	981.168	2.014.998	(51,3%)
Custos dos serviços de operação	(497.685)	(563.307)	(11,6%)	(563.934)	(623.022)	(9,5%)
Resultado Bruto	324.550	1.325.125	(75,5%)	417.234	1.391.975	(70,0%)
(Despesas) receitas operacionais	(564.658)	(18.090)	3021,4%	(626.720)	(55.325)	1032,8%
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(154.566)	(171.460)	(9,9%)	(158.898)	(177.330)	(10,4%)
Outras Despesas Operacionais	(550.357)	(4.399.644)	(87,5%)	(550.110)	(4.399.644)	(87,5%)
Outras Receitas Operacionais	18.431	4.454.953	(99,6%)	18.431	4.457.511	(99,6%)
Resultado Equivalência	121.834	98.061	24,2%	63.857	64.138	(0,4%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	(240.108)	1.307.035	(118,4%)	(209.486)	1.336.651	(115,7%)
Resultado Financeiro	90.078	(123.795)	(172,8%)	72.218	(143.892)	(150,2%)
Receitas Financeiras	302.321	164.278	84,0%	304.279	165.605	83,7%
Despesas Financeiras	(212.243)	(288.073)	(26,3%)	(232.061)	(309.497)	(25,0%)
Lucro operacional	(150.030)	1.183.240	(112,7%)	(137.268)	1.192.759	(111,5%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	181.951	(339.752)	(153,6%)	169.189	(349.271)	(148,4%)
Corrente	(52.390)	(326.663)	(84,0%)	(55.556)	(328.450)	(83,1%)
Diferido	234.341	(13.089)	(1890,4%)	224.745	(20.821)	(1179,4%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	31.921	843.488	(96,2%)	31.921	843.488	(96,2%)

Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.957.150	835.567	1.949.939	791.087
Caixa Gerado nas Operações	435.114	1.588.760	526.003	1.635.905
Lucro Líquido	31.921	843.488	31.921	843.488
Depreciação e Amortização	7.339	4.973	7.339	4.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(234.341)	13.089	(224.745)	20.821
Provisão para contingências	6.947	19.013	6.947	19.038
Valor residual de ativo permanente baixado	15	4.652	15	4.652
Amortização do ágio incorporado	29.888	28.832	29.888	28.832
Amortização do ágio Everecy	2.491	0	2.491	0
Reversão da provisão perda em Controlada	(2.418)	(2.442)	(2.418)	(2.442)
PIS e COFINS Diferidos	27.053	(16.419)	33.155	(30.757)
Baixa do contas a receber de construção SE	0	1.760.161	0	1.760.161
Atualização do contas a receber à VNR - SE	0	(2.699.105)	0	(2.699.105)
Provisão para redução ao valor de custo	0	1.535.319	0	1.535.319
Provisão SEFAZ	516.255	0	516.255	0
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	171.798	195.260	189.011	215.063
Equivalência Patrimonial	(121.834)	(98.061)	(63.857)	(64.138)
Varições nos Ativos e Passivos	1.522.036	-753.193	1.423.936	-844.819
Contas a receber	1.939.208	(742.169)	1.847.966	(810.242)
Estoques	(9.544)	106.447	(18.834)	104.766
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(172.796)	(160.830)	(172.796)	(160.830)
Tributos e contribuições compensáveis	(58.551)	(4.034)	(58.509)	(4.823)
Cauções e depósitos vinculados	(1.592)	(12.804)	(1.592)	(12.804)
Despesas pagas antecipadamente	2.496	(1.241)	2.589	(1.155)
Outros	(5.906)	(60)	(21.383)	(6.201)
Fornecedores	(30.742)	4.592	(12.912)	(15.787)
Tributos e encargos sociais a recolher	(118.524)	58.962	(118.921)	59.696
Encargos regulatórios a recolher	(7.999)	18.041	(7.186)	18.948
Provisões	71	4.149	628	4.241
Valores a pagar - Fundação Cesp	(135)	0	(135)	0
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(13.531)	(12.779)	(13.531)	(12.779)
Outros	(419)	(11.467)	(1.448)	(7.850)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	(4.415)	(5.653)	(4.415)	(5.653)
Intangível	(8.155)	(5.720)	(11.203)	(39.356)
Investimentos	(279.266)	(273.657)	(243.666)	(199.333)
Aplicação Financeira	(578.547)	0	(595.756)	0
Resultado de controlada na aquisição	0	0	0	3.431
Saldo inicial de caixa da aquisição de controlada	0	0	0	8.646
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(870.383)	(285.030)	(855.040)	(232.265)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos	700.000	1.104.416	723.498	1.107.789
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(2.137.714)	(973.675)	(2.179.447)	(997.152)
Dividendos pagos	(34)	(530.507)	(34)	(530.507)
Instrumentos Financeiros Derivativos	55.752	(5.288)	55.752	(5.288)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(1.381.996)	(405.054)	(1.400.231)	(425.158)
Varição de Caixa e Equivalentes				
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(295.229)	145.465	(305.333)	133.644
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	296.486	151.021	309.603	175.959

Anexo IV - Composição do Endividamento CTEEP e Controladas (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	2013	2012
BNDES	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	141.217	234.681
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	84.488	140.798
Notas Promissórias - CTEEP				
6ª Emissão	104,9% CDI ano	05/01/13	0	433.873
Debêntures - CTEEP				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/14	162.518	325.959
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	75.147	70.915
Série Única	105,5% do CDI ano	02/07/14	0	726.476
Série Única	116% CDI	26/12/18	499.975	0
Outros - CTEEP				
Itaú BBA Nassau	USD + 4% ano *	26/04/13	0	132.309
JP Morgan Chase	USD + 2,1% ano **	21/10/13	0	177.318
Eletrobras	8% ano	15/11/21	290	340
Arrendamento Mercantil	-	-	3.355	5.048
TOTAL CTEEP:			966.990	2.247.717
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	47.432	52.513
PINHEIROS	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	44.210	47.758
	5,5% a.a.	15/04/21	71.128	80.152
	3,50% a.a.	15/04/23	16.502	0
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	7.303	0
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	46.083	49.801
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	39.829	43.038
TOTAL SUBSIDIÁRIAS			272.487	273.262
Total Consolidado (R\$ mil)			1.239.477	2.520.979

(*) Em abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, com a remuneração de variação cambial de dólar + 4% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o fator de correção a 103,50% do CDI. A operação tem o vencimento final em abril de 2013.

(**) Em outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, com remuneração de variação cambial de dólar + 2,1% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan com o fator de correção a 98,3% do CDI. A operação tem o vencimento final em outubro de 2013.

■ **Composição do Endividamento: Controladas em Conjunto – 31/12/2013 (R\$ milhões)**

Empresa	Fontes	Encargos	Vencimentos	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	192,0
IE MADEIRA	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	788,5
IE MADEIRA	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	120,7
IE MADEIRA	BASA	10% a.a.*	10/10/2032	143,7
Total IE Madeira (51% CTEEP)				1.245,1
IENNE	BB	CDI + 1,35% a.a.	05/11/2013	4,4
IENNE	BNB	8,50% a.a.*	19/05/2030	53,6
Total IENNE (25% CTEEP)				57,9
IEGARANHUNS	HSBC	106,50% CDI	30/04/2014	101,2
Total IE GARANHUNS (51% CTEEP)				101,2
IE SUL	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	4,1
IE SUL	BNDES	3,00% a.a.	15/04/2023	5,4
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	9,5
Total IE SUL (50% CTEEP)				18,9
TOTAL (R\$ milhões)				1.423,2

■ **Anexo V - Demonstração de Resultados Controladora Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)**

A Companhia é remunerada com base na sua Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida nos Contratos de Concessão e homologadas anualmente pela ANEEL. Para fins de comparação, apresentamos abaixo, resultados Regulatórios referentes a 2013.

Demonstração dos Resultados	IFRS	Regulatório (não auditado)	Ajustes/ Reclassificações
	2013	2013	
Receita Operacional Bruta	945,0	652,0	293,0
Receita de uso da rede elétrica	0,0	629,6	(629,6)
Receita de construção	161,7	0	161,7
Receita de construção - melhorias	57,4	0,0	
Receita de O&M	563,1	0	563,1
Receita financeira	140,4	0,0	140,4
Outras receitas	22,4	22,4	(0,0)
Deduções da receita operacional	(122,8)	(95,7)	(27,1)
Receita Operacional Líquida	822,2	556,3	265,9
Custo e Despesas Operacionais	(972,3)	(911,7)	(60,5)
Pessoal	(241,1)	(241,1)	0,0
MSO	(159,9)	(159,9)	(0,0)
Contingências	(51,1)	(51,1)	0,0
Custo de Construção	(146,8)	0	(146,8)
Custo de melhorias	(46,1)	0	(46,1)
Depreciação e Amortização	(7,3)	(14,4)	7,1
Resultado Financeiro	90,1	90,1	0,0
Equivalência Patrimonial	121,8	(1,3)	123,1
Amortização do ágio (ADA)	(32,4)	(32,3)	(0,1)
Outras receitas (despesas) operacionais	(499,5)	(501,7)	2,2
Lucro antes do IR & CSLL	(150,0)	(355,4)	205,4
IR & CSLL	182,0	209,9	(27,9)
Lucro Líquido	32,0	(145,5)	177,5
EBITDA (ex- provisão SEFAZ-SP)	315,9	117,5	198,5
<i>Margem EBITDA(ex- provisão SEFAZ-SP)</i>	<i>38,4%</i>	<i>21,1%</i>	

■ **Anexo V - Demonstração de Resultados Consolidado Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)**

Demonstração dos Resultados	IFRS	Regulatório (não auditado)	Ajustes/ Reclassificações
	2013	2013	
Receita Operacional Bruta	1.118,3	737,1	381,2
Receita de uso da rede elétrica	0,0	715,9	(715,9)
Receita de construção	210,5	0	210,5
Receita de construção melhorias	57,4	0,0	
Receita de O&M	586,6	0	586,6
Receita financeira	242,7	0,0	242,7
Outras receitas	21,2	21,185	(0,0)
Deduções da receita operacional	(137,3)	(104,1)	(33,2)
Receita Operacional Líquida	981,2	633,0	348,2
Custo e Despesas Operacionais	(1.118,4)	(985,2)	(133,2)
Pessoal	(249,0)	(249,0)	0,0
MSO	(170,0)	(170,0)	0,0
Contingências	(51,1)	(51,1)	0,0
Custo de Construção	(191,7)	0	(191,7)
Custo de melhorias	(53,8)	0	(53,8)
Depreciação e Amortização	(7,3)	(35,0)	27,7
Resultado Financeiro	72,2	72,2	0,0
Equivalência Patrimonial	63,9	(18,4)	82,2
Amortização do ágio (ADA)	(32,4)	(32,3)	(0,1)
Outras receitas (despesas) operacionais	(499,3)	(501,7)	2,4
Lucro antes do IR & CSLL	(137,3)	(352,3)	215,0
IR & CSLL	169,2	206,8	(37,6)
Lucro Líquido	31,9	(145,5)	177,4
EBITDA (ex- provisão SEFAZ-SP)	346,5	159,1	187,4
<i>Margem EBITDA(ex- provisão SEFAZ-SP)</i>	<i>35,3%</i>	<i>25,1%</i>	

Anexo VI – Subsidiárias IFRS (R\$ mil)

2013								
Subsidiária	IEMG	Pinheiros	Serra do Japi	Evrecy	IE NNE*	IESul*	IEMadeira*	IEGaranhuns*
Participação no Capital	100%	100%	100%	100%	25%	50%	51%	51%
Contas Patrimoniais - posição em 31/12/2013								
Ativos	170.516	543.039	245.982	46.251	655.037	266.457	4.635.805	502.156
Passivos	63.645	231.432	105.822	9.336	311.264	79.001	3.083.053	299.343
Patrimônio Líquido	106.871	311.607	140.160	36.915	343.773	187.456	1.552.752	202.813
Contas de Resultado - posição acumulada 2013								
Receita Bruta	17.212	89.645	48.402	19.266	4.379	59.954	1.118.931	432.407
Receita Líquida	16.108	80.049	45.655	18.309	6.091	54.046	1.014.905	392.409
Custos e Despesas	(8.581)	(42.885)	(7.149)	(13.154)	(6.330)	(47.458)	(646.921)	(371.416)
Lucro Líquido	3.452	18.893	30.610	5.022	(41.521)	2.811	135.537	7.271

*As informações correspondem a 100% do saldo das subsidiárias e não a participação da CTEEP.

Anexo VII – Contas à Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
O&M	75,9	260,3	86,5	267,4
Contas a receber serviços de O&M (a)	75,9	260,3	86,5	267,4
Ativo Financeiro	595,4	302,9	1.489,1	1.105,1
Contas a Receber serviços de construção	593,9	301,8	1.415,4	1.050,1
Contas a receber por reversão (c)	1,6	1,1	73,7	55,0
Ativo Reversível - Lei 12.783	2.392,7	4.440,1	2.392,7	4.440,1
Contas a receber (SE e NI) (d)	3.928,0	5.975,4	3.928,0	5.975,4
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535,3)	(1.535,3)	(1.535,3)	(1.535,3)
Total	3.064,1	5.003,3	3.968,3	5.812,6

(a) O&M - Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

(b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(c) Contas a receber por reversão – refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

(d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2.949,1 milhões, sendo R\$ 2.891,3 milhões referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) apurado e R\$ 57,8 milhões referente à remuneração pelo IPCA+5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015.
- A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$ 3.026,3 milhões. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.

■ Anexo VIII - Reajuste Anual da Receita

A Companhia é remunerada com base na sua Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida nos Contratos de Concessão e homologadas anualmente pela ANEEL. A RAP corresponde ao valor recebido pela Companhia pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica ou das Demais Instalações de Transmissão (DITs), não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas ao valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga das respectivas concessões.

Deste modo, a RAP consiste em um recebível de valor relativamente constante para a Companhia, não se sujeitando à demanda dos clientes por energia elétrica. Os Contratos de Concessão também preveem um mecanismo de reajuste da RAP visando sua recomposição pela variação acumulada da inflação.

Em 27 de junho de 2013, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.595, estabelecendo as RAP's da CTEEP e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

De acordo com a nova resolução, a RAP da CTEEP (contratos nº 059 e 143), líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 497,1 milhões* em 01 de janeiro de 2013, passou para R\$ 542,1 milhões em 01 de julho de 2013, apresentando um incremento de R\$ 45,0 milhões equivalente a 9,0%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$ 576,2 milhões em 01 de janeiro de 2013, passou para R\$ 630,2 em 01 de julho de 2013, apresentando um incremento de 9,4%.

Subsidiária	% CTEEP	REH. nº 1.313 - Ciclo 2012/2013			REH. nº 1.595 - Ciclo 2013/2014			Var.% RAP + PA
		RAP	PA	TOTAL	RAP	PA	TOTAL	
CTEEP*	-	532.225,0	(35.142,4)	497.082,6	581.884,0	(39.828,0)	542.056,0	9,0%
IEMG	100%	14.161,0	(594,0)	13.567,0	15.082,0	(446,0)	14.636,0	7,9%
IE Pinheiros	100%	28.903,6	1.697,4	30.601,0	36.305,0	(999,0)	35.306,0	15,4%
Serra do Japi	100%	26.457,0	(1.355,0)	25.102,0	28.178,0	1.162,0	29.340,0	16,9%
Evrecy	100%	10.735,0	(891,0)	9.844,0	9.957,0	(1.136,0)	8.821,0	-10,4%
Total		612.481,6	(36.284,9)	576.196,6	671.406,0	(41.247,0)	630.159,0	9,4%
IENNE	25%	38.253,0	3.640,0	41.893,0	34.852,5	(1.198,3)	33.654,2	-19,7%
IESUL	50%	13.075,0	(645,0)	12.430,0	13.925,1	(2.700,4)	11.224,7	-9,7%
IE Madeira	51%	407.482,0	0,0	407.482,0	433.985,1	0,0	433.985,1	6,5%
IE Garanhuns	51%	71.848,0	0,0	71.848,0	76.521,0	0,0	76.521,0	6,5%
Total		530.658,0	2.995,0	533.653,0	559.283,7	(3.898,8)	555.384,9	4,1%

(*) A REH nº 1.313 de 26 de junho de 2012 estabeleceu a RAP para o ciclo 2012/2013 de todas as transmissoras. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2012, a REH nº 1.395 alterou os valores previstos na REH nº 1.313, sobretudo da controladora por conta da assinatura do aditivo do contrato 059/2001 em 04 de dezembro de 2012.